



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Centro: CCJE

Disciplina: Consentimentos Minerários

Carga Horária Semestral: 60 h/a.

Professor: Neiva Lima dos Santos Buaiz

Distribuição de carga horária: Teórica 60

Departamento: Gemologia

Código: GEM06690

Créditos: 04

Período: 2022/1

PLANO DE ENSINO

A. EMENTA

“Introdução ao Direito Minerário: O direito mineral brasileiro, a influência dos negros na mineração brasileira, história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o lugar das tradições Africanas no desenho cultural, Relações e Política educacional e social das questões étnico-racial –MEC, história e cultura dos povos indígenas na educação ambiental. O direito do povo indígena e as demarcações de suas terras. Regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes das minas, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração e Constituição federal”.

B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Relações Jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, joias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender e aplicar as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral, estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.

CONTEUDO PROGRAMTICO:

TEMAS:

- 1. Introdução ao Direito Minerário:** pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF.
 - 1.1 História do Direito Minerário;
 - 1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;
 - 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;
 - 1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana
 - 1.5 A influência do negro na mineração brasileira
 - 1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas –raciais)
 - 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.
 - 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
 - 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
 - 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.

- 2. O Direito Minerário Brasileiro:** pág. 43 a 112, capítulo II da bibliografia recomendada.
 - 2.1 Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
 - 2.2 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
 - 2.3 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
 - 2.4 Classificação das Minas;
 - 2.5 Partes Integrantes das Minas;
 - 2.6 Características do Direito Minerário;
 - 2.7 O Minério Extraído.

- 3 Os Regimes de Aproveitamento Mineral:** pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.
 - 3.1 Aproveitamento Mineral;
 - 3.2 Requerimento de Pesquisa;
 - 3.3 Direito de Prioridade;
 - 3.4 Consentimento para Pesquisa;
 - 3.5 Consentimento para Lavra;
 - 3.6 Consentimento Municipal;
 - 3.7 Consentimento para Lavra Garimpeira;
 - 3.8 Consentimento para Exploração Pública;
 - 3.9 Monopólio;
 - 3.10 Manifesto de Mina.

- 4. Proteção Especial à Atividade Mineral:** pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.
 - 4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
 - 4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
 - 4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
 - 4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;

- 4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
- 4.6-Certificado de Kimberley – SCPK
- 4.7-CEFEM e aplicação dos recursos

5. Código de Mineração: pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

- 5.1**-Instituição e Aplicação – Decreto-Lei N° 227, de 27/02/1967;
- 5.2**-Regulamento do Código de Mineração - Decreto N° 62.934, de 2/04/1968;
- 5.3**-Constituição Federal de 1988;
- 5.4**-Legislação Aplicada;
- 5.5**-Colocações Finais.

A METODOLOGIA:

A disciplina será ministrada em modalidade EARTE, seguindo o estabelecido pelas resoluções 30/2020;31/2020,do CEPE/UFES, por meio dos seguintes procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas síncronas (com a presença do Docente),ministradas via plataforma G-Suite,por meio do Google Classroom e Google Meet;
- Aulas assíncronas (sem a presença do docente, com orientação Remota)
- Aplicação de atividades de fixação do conteúdo,pesquisa e leitura de conteúdo complementar, trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada pelo professor.

Recursos:

- Computador
- Acesso à internet/wi-fi;
- PC ou celular;
- G-Suite
- Plataforma Google Classroom;
- Aulas síncronas
- Vídeo aulas assíncronas
- Slides
- Câmara/pendrive
- textos diversificados

E. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As Avaliações serão realizadas em sua totalidade por meio de atividades assíncronas ,obedecendo ao descrito neste plano de ensino. Para tanto serão utilizadas as ferramentas do G- Suite, principalmente o Google Classroom . A média final do aluno será o resultado do somatório das notas obtidas em cada atividade, dividido pelo número total de atividades realizadas.

A média final para aprovação direta é de 70%(7.0 pontos)

No caso de não obtenção da média 7.0 ,o aluno terá direito a realização de uma prova final com o conteúdo total da disciplina. Para a aprovação final o aluno necessita de média 5.0 que será aplicada em consonância com o calendário (prova final) UFES;

Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.

Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.

F. Bibliografia Básica:

1-PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental**- 9ª Ed. Brasília 2004.589p.

2-FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

3-GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra**. Brasília: IBRAM, 1990.

G. Bibliografia Complementar:

1-SILVA, Cristiane Rodrigues Araújo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação**. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Flori-lo.

2-ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

3-BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.

4-GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

5-[BUAIZ, Neiva lima dos Santos- O Direito em Tempo Real. Vitória/ Espírito Santo: Editora Kiron](#)

NOTA: As aulas serão ministradas na modalidade EARTE ,segundo o estabelecido pelas resoluções 30/2020;31/2020 do CEPE/UFES serão 16 aulas síncronas, de 1:00 hora cada, acrescido de mais três aulas assíncronas no mesmo dia, perfazendo um total de 44 horas aulas assíncronas , assim definido:vídeos aula, trabalhos de pesquisa dirigidos etc todas às terças-feiras de 14:00 às 15:00 (síncrona de 15:00 18:00 horas assíncronas).25% DE AULAS SÍNCRONAS ao vivo com a professora e 75% ASSÍNCRONA.TOTALIZANDO 60 HORAS AULA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020
Nos utilizaremos também de e-mails e grupo whatsapp para comunicação.

PROF : NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ